

Senado aprova PEC que libera R\$41 bi às vésperas da eleição



Senadores na sessão em que foi aprovada, em dois turnos, PEC que institui estado de emergência para governo poder gastar mais. Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova PEC que libera gastos de R\$ 41,25 bi a 3 meses das eleições

Texto institui estado de emergência para driblar teto; na última hora, taxistas são beneficiados

Renato Machado e Ildiana Tomazelli

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quinta (30) a PEC (proposta de emenda à Constituição) que institui um estado de emergência para permitir que o presidente Jair Bolsonaro fuja o teto de gastos e abra os cofres públicos a pouco mais de três meses das eleições.

O texto dá aval ao governo para turbinar programas sociais até o fim do ano sem esbarrar em restrições da lei eleitoral, que existem para evitar o uso da máquina pública em favor de algum candidato. Bolsonaro ocupa o segundo lugar nas pesquisas, atrás do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

As medidas terão um custo total de R\$ 41,25 bilhões — valor maior que os R\$ 38,75 bilhões acertados na véspera, em mais um movimento de aumento da fatura. Quando as medidas para atacar a alta de combustíveis começaram a ser discutidas, o gasto extra era projetado em R\$ 29,6 bilhões.

A PEC prevê a ampliação temporária do Auxílio Brasil em R\$ 200, levando o benefício mínimo a R\$ 600 até o fim do ano. O texto também autoriza o governo a zerar a fila do Auxílio Brasil, criar um auxílio para caminhoneiros autônomos e dobrar o valor do Auxílio Gás.

De última hora, as lideranças do governo fecharam um acordo para incluir um benefício de R\$ 2 bilhões a taxistas e ampliar em R\$ 500 milhões

os recursos para o programa Alimenta Brasil, que financia a aquisição de alimentos para doação a famílias carentes.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho do presidente, reconheceu que a ampliação da fatura enfrentou oposição do Ministério da Economia. “O presidente Bolsonaro teve que entrar no circuito por uma certa resistência da parte da Economia”, disse na sessão.

Técnicos da Economia acompanharam a votação com apreensão diante do aumento no tamanho do cheque. A proposta foi aprovada em primeiro turno por 72 votos a favor, inclusive da oposição, e apenas 1 contrário, de José Serra (PSDB-SP). No segundo turno, foram 67 votos a 1. Eram necessários 49 votos favoráveis nas duas rodadas de apreciação. A PEC agora segue para a Câmara dos Deputados.

“Fui o único senador a votar contra a PEC 16, aprovada em conjunto com a PEC 1/22, apelidada de PEC Kamikaze. Por esse nome já sabemos que se trata de uma bomba fiscal. Essa PEC viola a Lei de Responsabilidade Fiscal e fura o teto de gastos”, afirmou Serra em uma postagem no Twitter.

A PEC recebeu duras críticas por conter o polémico estado de emergência. A justificativa para o governo instituir esse dispositivo em ano eleitoral é a Guerra da Ucrânia — deflagrada no fim de fevereiro — e seu impacto nos preços de combustíveis.

Parlamentares temem que a proposta abra um preceden-

As medidas aprovadas

AUXÍLIO BRASIL

Cria **auxílio** até o limite de **R\$ 2 bilhões**. Amplia o piso de R\$ 400 para **R\$ 600** até o fim do ano; 18,15 milhões de famílias já estão hoje no programa social

• Zera a **fila de espera**: governo prevê que pode elevar público contemplado a 19,8 milhões de famílias

AUXÍLIO GÁS

Ampliar o valor para **R\$ 120**, pagos a cada bimestre; em junho, 5,7 milhões de famílias receberam R\$ 53, equivalente a 50% do preço médio do botijão de 13 kg

CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS

Cria um **auxílio de R\$ 1.000**

IDOSOS

Autoriza repasse de **R\$ 2,5 bilhões** para bancar **gratuidade** no transporte público urbano

ETANOL

Autoriza até **R\$ 3,8 bilhões** em **subsídios**

TAXISTAS

Cria **auxílio** até o limite de **R\$ 2 bilhões**

ALIMENTA BRASIL

Autoriza repasse extra de **R\$ 500 milhões** para programa que financia a aquisição de alimentos de **agricultores familiares** para doação a **pessoas carentes**

Quais são os riscos eleitorais?

A lei eleitoral proíbe a implementação de novos benefícios no ano de realização das eleições, para evitar o uso da máquina pública em favor de um dos candidatos. As únicas exceções são programas já em execução ou quando há calamidade pública ou estado de emergência

Qual é a solução do governo?

Instituir um estado de emergência, regulamentado via PEC, permitindo a criação de novo benefício a caminhoneiros e a ampliação dos benefícios já existentes, mesmo sendo ano eleitoral

ta —ele viajou a seu estado, Pernambuco.

Na quarta (29), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também buscou afastar as resistências à medida. “Não considero precedente perigoso, porque cabe a um Senado ter responsabilidade em relação ao teto de gastos públicos e a responsabilidade fiscal, e nós temos essa responsabilidade. O que nós não podemos desconsiderar é que vivemos recentemente dois momentos muito atípicos: o momento da pandemia.”

Alguns senadores, no entanto, questionaram o fato de o texto blindar as medidas no âmbito do estado de emergência contra “qualquer vedação ou restrição prevista em norma de qualquer natureza”. Opositores viram nesse trecho uma carta branca para Bolsonaro agir de olho em sua reeleição, lançando mão de novos programas e gastos a poucos meses do pleito.

Bezerra inicialmente resistiu a mudar o texto, mas acabou cedendo retirando o dispositivo mais polêmico. Orelator também acatou pedido da oposição para incluir no texto uma vedação expressa ao uso dos recursos do Auxílio Brasil e do Auxílio Gás para propaganda institucional.

A proposta aprovada pelos senadores é diferente dos planos iniciais do governo Bolsonaro, que pretendia usar recursos bilionários para segurar a alta dos preços dos combustíveis.

A PEC original, apresentada pelo líder do governo, Carlos Portinho (PL-RJ), previa a compensação de até R\$ 29,6 bilhões para estados que optassem por zerar as alíquotas de tributos sobre diesel e gás. Como a adesão seria opcional, o governo passou a temer que o efeito fosse inócuo.

Por isso, governo e Congresso decidiram dar uma guinada e abandonar a compensação, usando os recursos para turbinar benefícios sociais e criar o auxílio a caminhoneiros.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse, durante sua live de quinta-feira, que a aprovação da PEC irá ajudar caminhoneiros, apesar de avaliar que o valor é pequeno. **Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A23**

Plus futuros sobem com expectativa de aumento nos gastos

A taxa do contrato para janeiro de 2023, que era negociada a 13,38% no fechamento de maio, estava ao redor de 13,76% nesta quinta-feira (30). Parte desse movimento se deve ao ambiente externo, com o Fed elevando o juro dos em 0,75 ponto percentual, diz Luciano Rostagno, estrategista-chefe do Banco Mizuho para América Latina. Mas, segundo ele, o cenário doméstico de mais gastos públicos faz crescerem as apostas de que o BC brasileiro tenha que estender o ciclo de juros altos para segurar a inflação.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 17